

CEDI - P. I. B.
DATA 31. 12. 86
COD THD00059

SEMANA DO ÍNDIO
19 a 24 de Abril 1983

PROGRAMAÇÃO

Dia 19/4

- 16:00 hs. – Bororo “Boe”.
Seminário, Dança e Canto Bororo.
- 20:00 hs. – Abertura da Exposição Oreyvy (Nossa Terra), com a presença da Professora Lux Vidal (Presidente da Comissão Pró-Índio).
- 20:30 hs. – “Índios: Direitos Históricos”, de Hermano Penna.
Debate com representantes da União das Nações Indígenas e com os produtores do filme.

Dia 20/4

- 15:00 hs. – “O espaço da criança na Comunidade Indígena”.
Audiovisual da Comissão Pró-Índio.

Dia 21/4

- 15:00 hs. – “O espaço da criança na Comunidade Indígena”.
Audiovisual da Comissão Pró-Índio.
- 16:00 hs. – “Terra de Índios”, de Zelito Viana.

Dia 22/4

- 15:00 hs. – “O espaço da criança na Comunidade Indígena”.
Audiovisual da Comissão Pró-Índio.

Dia 23/4

- 14:00 hs. – “Nambiquara: um extermínio silencioso”.
Audiovisual de Vicente Carelli e Virgínia Valadão.
Debate com a presença de representantes da Comissão Pró-Índio – SP e do Centro de Trabalho Indigenista.
- 17:00 hs. – Encontro com o Deputado Federal Mário Juruna e representantes da União das Nações Indígenas.
Coordenação: Álvaro Sampaio – Tukano.

Dia 24/4

- 15:00 hs. – “Terra de Índio”
Show musical – Encerramento da Semana do Índio,
com: Marlui Miranda
Regina – Índio
Grupo Uruguay (Neri, Pocho Macadar, Miguel Morois,
Jorge Peña e Dico)
Penna e Paulinho
Flávio Miano
Bororo (canto e dança)

ANO APÓS ANO PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Na época do descobrimento, os portugueses foram cordialmente recebidos pelos primeiros habitantes destas terras: os índios.

A convivência entre brancos e índios teve, para estes últimos, consequências trágicas: redução drástica de seus territórios e de sua população, incorporação forçada à economia nacional, perda da liberdade de escolher seu estilo de vida, desrespeito às suas culturas específicas. A história das populações indígenas no Brasil é uma história triste. Mas é também um testemunho da sua capacidade de resistência e da sua sabedoria na perene recriação de suas sociedades e culturas, em condições quase sempre adversas.

Os índios vivem hoje, no Brasil, um novo momento. Se não há mais terras livres onde refugiar-se, se a investida para a ocupação do sertão se consuma e se completa (e de modo tão violento), despontam, agora, novas formas de organização indígena e de enfrentamento com a sociedade nacional. Os índios conquistam, afinal, seu direito à voz. Suas reivindicações prendem-se ao respeito aos seus direitos históricos definidos por lei: a garantia de condições humanas de sobrevivência em áreas contínuas de seus territórios tradicionais; o direito à escolha de seu próprio destino; a manutenção de sua identidade específica.

São mais de 150 os povos indígenas no Brasil, hoje. Cada um deles tem a sua própria concepção de mundo; cada um deles tem o seu estilo próprio de viver e de conceber a vida. A SEMANA DO ÍNDIO é uma ocasião privilegiada para, ao homenagear-se as populações indígenas, tomar conhecimento de sua problemática específica, aprender com a sabedoria contida em seus estilos de vida e dispor-se a contribuir para que seu direito à sobrevivência e à vida seja respeitado.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO

1º SEMINÁRIO BORORO "BOE"

O primeiro Seminário Bororo "Boe" constitui um momento importante, pois é a primeira vez que um grupo de líderes da tribo Bororo do Mato Grosso procura São Paulo para discutir publicamente os problemas mais importantes com que se defrontam.

A organização do Seminário foi feita pelos próprios "Boe" (termo pelo qual os Bororo se chamam a si mesmos) coisa nunca feita entre eles e, muito menos, entre nós.

Trata-se do momento inicial de um processo de reorganização inédito a esta tribo, juntando representantes de aldeias diversas que, analisando tanto as suas relações com os não-índios como as suas próprias relações recíprocas, tentam planejar um futuro mais promissor.

Marĩ Pã'Meshe-dĩ'Tare Ko'terã
(em Tukano quer dizer: vigiemos nossas terras ancestrais)

OREYVY

A exposição "Oreyvy" (Nossa Terra) reúne coleções, documentação fotográfica e informações sobre grupos indígenas do Brasil, com o objetivo de divulgar sua cultura, sua arte, seus problemas.

Falamos, assim, dos povos indígenas através dos objetos de sua cultura material e de suas manifestações artísticas, que tão bem expressam suas peculiaridades culturais e sua resistência através dos tempos.

A organização da exposição teve como orientação reunir esse material de maneira espontânea, a partir da colaboração e participação de colecionadores e instituições neste evento da SEMANA DO ÍNDIO.

Vários povos estão representados e, com intenção didática, procurou-se reunir alguns grupos por filiação linguística e região.

Assim, temos reunidos grupos Kayapó e Tupi da Amazônia; grupos Timbira de Goiás e Maranhão, Yanomami de Roraima e Amazonas; grupos Karib do Parque Indígena do Tumucumaque, Bororo do Mato Grosso e Guarani de São Paulo.

Nesta exposição, homenageia-se também o médico indigenista Rubens Belluzzo Brando, falecido no final do ano passado. A homenagem a Rubão, como era conhecido, mostra seu próprio material sobre os índios junto aos quais trabalhou: Xavante do Mato Grosso, grupos indígenas do Parque Nacional do Xingu, Guarani do Estado de São Paulo e Yanomami da Amazônia.

Desde 1974, Rubão participava de pesquisas, programas de vacinação e assistência médica entre esses índios, tendo realizado como trabalho, durante sua residência no Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo, o "Diagnóstico de Saúde de Populações Indígenas do Interior de São Paulo". Participou da elaboração do "Relatório Yanomami 82: Situação de Contato e Saúde. Recomendações para a Criação e Estruturação do Parque Yanomami", publicado pela CCPY/agosto de 1982.

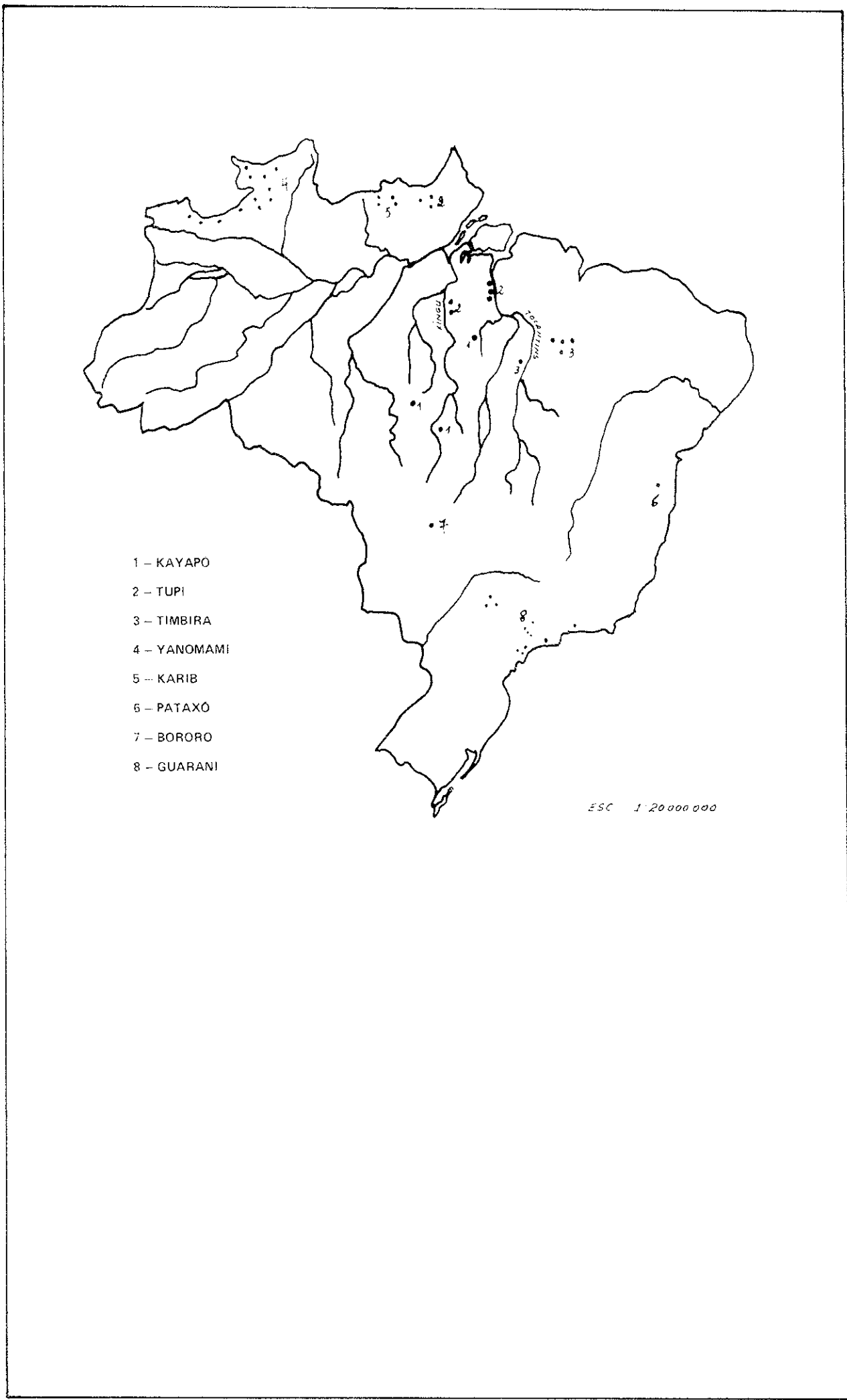
Seu último trabalho estava sendo desenvolvido entre os Yanomami numa tentativa de estruturação da assistência à saúde a esse grupo indígena, prometida pela FUNAI para o presente ano.

Rubão foi fundador e vice-presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo e membro da Comissão Pela Criação do Parque Yanomami.

Morreu dia 14 de dezembro de 1982, vítima de um acidente de helicóptero, quando se dirigia para uma aldeia distante em trabalho de vacinação, próximo à região de Surucucus.

Apresenta-se ainda, nesta exposição, documentação com fotos e textos sobre os últimos acontecimentos que envolveram os índios Pataxó da Bahia, em defesa de seus direitos sobre a terra.

Participaram da exposição de peças indígenas: Museu Plínio Ayrosa, Museu Casa do Sertanista (Secretaria Municipal de Cultura), Lux Vidal, Márcia Serra Ribeiro, Sylvania Caiuby Novaes, Renate Vietler, Dominique Gallois, Lúcia Van Velthem, Cláudia Andujar, Antônio Carlos Magalhães, Rosa Maria Costa Penna, Renato Delarole, Noberto Nicola, Lúcia Andrade.



As fotos são de Renato Delarole (Araweté, Assurini do Xingu), Lux Vidal (Parakanã, Xikrin), Dominique Gallois (Waiãpi), Lúcia Van Velthem (Wayana (Apalai), Sylvia Caiuby Novaes (Bororo, Guarani), Maria Inês Ladeira (Guarani), Valdelino Cordeiro Veríssimo (Guarani), Vicent Carelli (Guarani).

A homenagem a Rubens Belluzzo Brando foi organizada por Cláudia Andujar, Marco Santilli e René Fourpome.

OS ÍNDIOS KAYAPÓ

Os Kayapó ocupavam, no início do século, uma ampla região no sudeste do Pará, entre os rios Xingu e Tocantins. Viviam dos produtos da floresta e do cerrado, segundo as estações do ano. Alimentavam-se de caça, pesca e coleta e possuíam uma agricultura de milho, mandioca e batata-doce bem desenvolvida. As aldeias Kayapó são circulares, com um pátio central onde se desenvolve a vida pública e os cerimoniais. Durante parte do ano dedicavam-se à vida nômade, perambulando em bandos menores pelo seu vasto território.

Atualmente, dividem-se em 12 aldeias localizadas à margem dos tributários do Xingu e do Tocantins. Todos os grupos enfrentam graves problemas de invasão contínua de suas terras por fazendas, madeireiras, garimpos e, de modo mais violento, ainda sofrem o impacto dos grandes projetos estatais implantados na Amazônia, como o Projeto Grande Carajás, cujas consequências ecológicas e sociais ainda são imprevisíveis.

Mesmo assim, lutam para conservar as suas terras e a sua cultura.

A mostra de artefatos aqui apresentada vem mostrar a riqueza de suas manifestações culturais, tanto na confecção de objetos de uso cotidiano como nas suas obras de arte: a plumária, atividade masculina e a pintura corporal, atividade exclusivamente feminina.

TIMBIRA

Os Timbira são uma subdivisão do tronco linguístico jê. Esta exposição se refere especificamente aos Timbira Orientais-Krahô, Apãniekrá, Ramkokamekra – os quais apresentam u'a mesma história de contato com os brancos.

Em meados do século XVIII, uma frente pastoril atingiu o seu território, que era a região do cerrado maranhense, limitando sua área de ocupação e, com isso, transformando seu modo de sobrevivência.

Os Timbira possuem uma cultura material rudimentar. Eram grupos predominantemente caçadores, coletores e semi-nômades; mas, com a limitação de seu território, a agricultura passou a ser dominante, porém ainda se organizam como uma sociedade de caçadores.

Os grupos Timbira vêem seu universo social dividido em dois domínios complementares, que marcam a própria forma de suas aldeias: um domínio central, o pátio; e o formado pelo círculo de casas, o periférico. Estas metades são encaradas como opostas e complementares, e isto é o que possibilita a unidade para o funcionamento de toda a sociedade. O dualismo, como é chamada a divisão em metades opostas, funciona para fazer dois em um, assegurando a unidade indissolúvel de toda a vida. Assim temos: homem-mulher, jovem-adulto, noite-dia; tudo se opõe, mas, pela oposição, se complementam e formam uma unidade.

Este grupo tem consciência de sua unidade étnica, cujas características mais importantes são a língua, o sulco horizontal no cabelo, as rodela auriculares, a aldeia circular e a corrida de toras. Os Timbira continuam a se organizar conforme suas tradições, mesmo estando em contato com os brancos desde o século XVIII.

GRUPOS TUPI DA AMAZÔNIA

Os Assurini do Trocará, Assurini do Xingu, Parakanã e Araweté são grupos Tupi da Amazônia, localizados no Estado do Pará, três deles contatados na década de 70.

Os Assurini do Trocará e os Parakanã vivem às margens do rio Tocantins e tem, entre si, uma grande diferença quanto à época do contato: os Assurini, 1953 e os Parakanã, 1971.

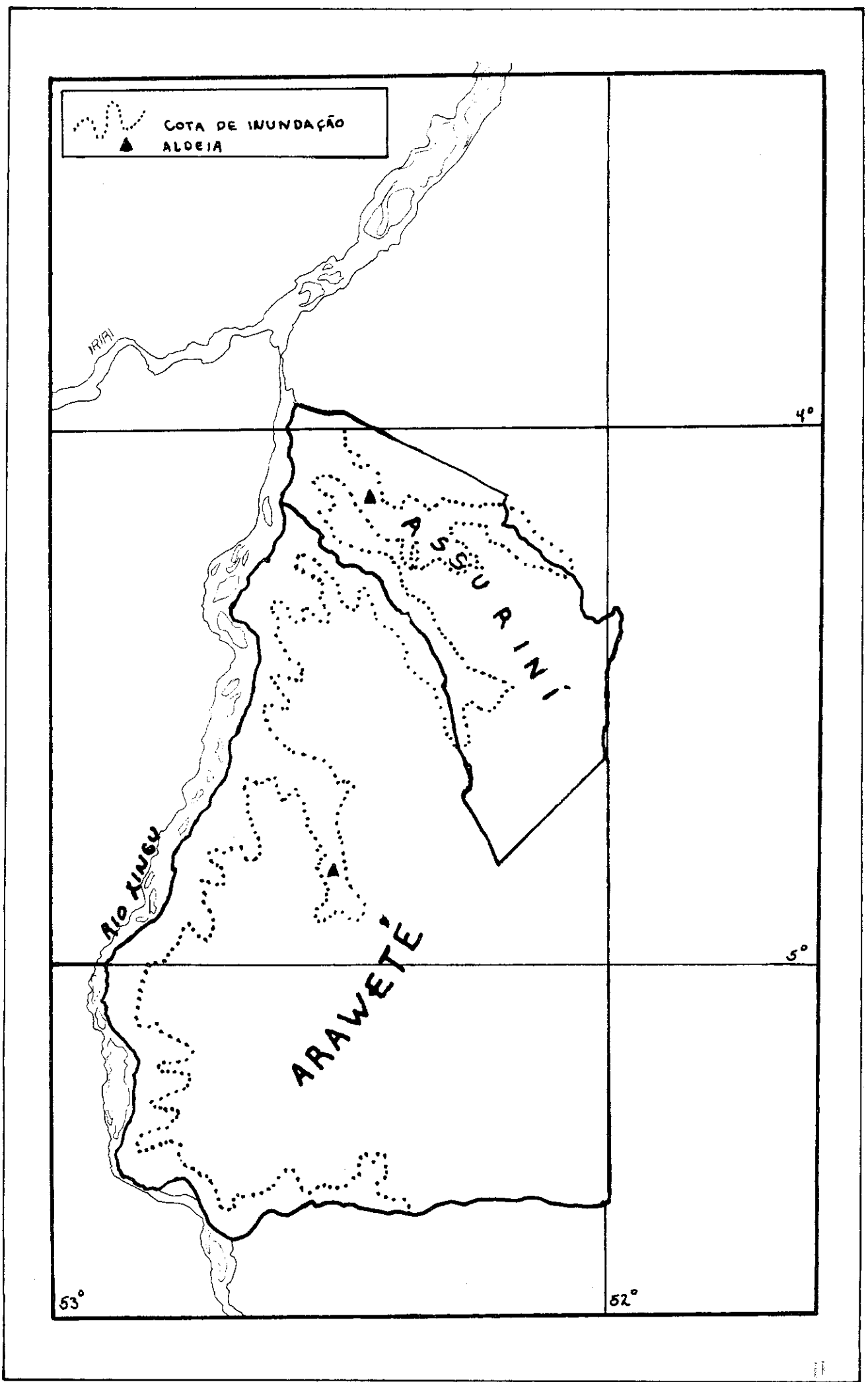
Os Assurini do Trocará, com uma população atual de 120 indivíduos, têm suas terras demarcadas; mas a área está cortada por estradas e invadida por posseiros.

Os Parakanã, contando aproximadamente 240 indivíduos, foram diversas vezes removidos após o contato; finalmente, devido à inundação de suas terras, com a construção da usina hidroelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, foram transferidos para uma área apenas delimitada, isto é, sem demarcação e já invadida por posseiros.

Os Assurini do Xingu, cuja população é de 53 indivíduos, foram contatados em 1971, em decorrência da abertura da rodovia Transamazônica. Na época do contato, esse grupo já se encontrava em decréscimo populacional devido ao ataque de grupos inimigos que, por sua vez, foram deslocados de seus territórios por outras frentes de expansão da sociedade nacional. A partir do contato, a população diminuiu ainda mais e suas terras ainda não foram demarcadas.

Os Araweté, contatados em 1976, vivem às margens do rio Xingu e perfazem um total de aproximadamente 140 indivíduos. Assim como os Assurini, seus vizinhos, também sofreram baixa em sua população devido às epidemias advindas com o contato e ainda não tiveram seu território tradicional reconhecido e demarcado.

As terras desses dois grupos (as quais são contínuas) poderão ser inundadas, até o fim desta década, com a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu.



TERRA É VIDA OS YANOMAMI

Os Yanomami ocupam tradicionalmente regiões de serras e cabeceiras de rios, na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Sua população é de aproximadamente 18.000 índios, dispersos em cerca de 200 malocas, sendo que 9.000 deles vivem no Brasil, em áreas do território de Roraima e do Estado do Amazonas.

Os Yanomami ocupam esta área desde tempos remotos. Os deslocamentos periódicos são uma característica de sua ocupação territorial, caracterizando sua história, sendo sempre praticados e indispensáveis à manutenção do equilíbrio político, ecológico, econômico e cultural. Sua ocupação do espaço obedece regras bem distintas daquelas observadas por um povo sedentário. Estas regras são, entre outras, respostas ao rápido esgotamento dos recursos de uma determinada área.

A Comissão pela Criação do Parque Yanomami, CCPY, como o próprio nome diz, tem como alvo principal a **criação do Parque Indígena Yanomami**. Na América do Sul, os Yanomami representam o maior grupo étnico ainda relativamente isolado do mundo civilizado, isolamento este devido à dificuldade de acesso ao seu território. A necessidade da criação do Parque não seria tão urgente se, a partir de 1974, os contatos dos indígenas com a "civilização" não estivessem colocando em risco sua própria sobrevivência.

Em março de 1982, depois de uma vasta campanha nacional e internacional, o Ministério do Interior interditou 7.700.000 ha. em área contínua para os Yanomami. Esta medida é apenas provisória, podendo ser sustada a qualquer momento. Assim, a CCPY continua sua campanha no sentido de levar o Ministério do Interior a garantir definitivamente a posse da terra aos Yanomami, através da criação do Parque Indígena.

PARQUE INDÍGENA DE TUMUCUMAQUE: GRUPOS KARIB

O Parque Indígena de Tumucumaque, situado ao norte do Estado do Pará e fronteiro ao Suriname e Guiana Francesa, abriga desde tempos imemoriais diversas concentrações populacionais indígenas, todas pertencentes à família linguística Karib: os Wayana-Aparai, dois grupos em processo de fusão através de sucessivos casamentos e contando atualmente cerca de 262 pessoas, estabelecidas em diversas aldeias ao longo do rio Paru de Leste e de seu afluente, rio Citaré; os Tiriyo e Kachuyana que somam, aproximadamente, 500 pessoas e habitam em aldeias no rio Paru de Oeste, Igarapé Cuxaré e alto rio Paru de Leste. Outros índios Tiriyo e Wayana estão estabelecidos no Suriname; e, na Guiana Francesa, apenas os últimos remanescentes Aparai localizam-se no rio Jari.

O Parque Indígena de Tumucumaque foi instituído pelo decreto nº 62.998, de 1968 e possui uma área de aproximadamente 30.000 km². Este decreto delimitou-o mas, até o presente, não foi demarcado. Outrossim, o traçado do Parque Tumucumaque não levou em consideração a real ocupação territorial por parte dos índios e, dessa forma, diversas aldeias Wayana-Aparai estão instaladas fora de seus limites: Xuixuímo, Anapuaká, Kumarkapan, Itapeké. Isso se deve ao fato de que uma aldeia não é implantada em um local qualquer, mas diversos requisitos de ordem econômica e mítico-religiosa são imprescindíveis: proximidade de água límpida e piscosa, de terras propícias ao cultivo, de combustível e distanciamento de águas profundas, de antigas aldeias.

A FUNAI instalou-se entre os Wayana-Aparai em 1973 e sua atuação limita-se a umas poucas aldeias no médio rio Paru. O contingente populacional indígena tem diminuído nos últimos anos, em grande parte devido à falta de assistência às demais aldeias. Contudo, a comercialização dos objetos de arte Wayana-Aparai, através da ArtÍndia, tem sofrido um aumento sempre crescente, sendo produzida em grande escala e empenhada na confecção de "peças inéditas".

OS BORORO

Boe é a autodesignação dos índios que nós conhecemos como Bororo.

Vivem em Mato Grosso, em cinco aldeias localizadas às margens dos rios São Lourenço, Vermelho e Garças. Estão em contato com a sociedade brasileira desde meados do século XVIII.

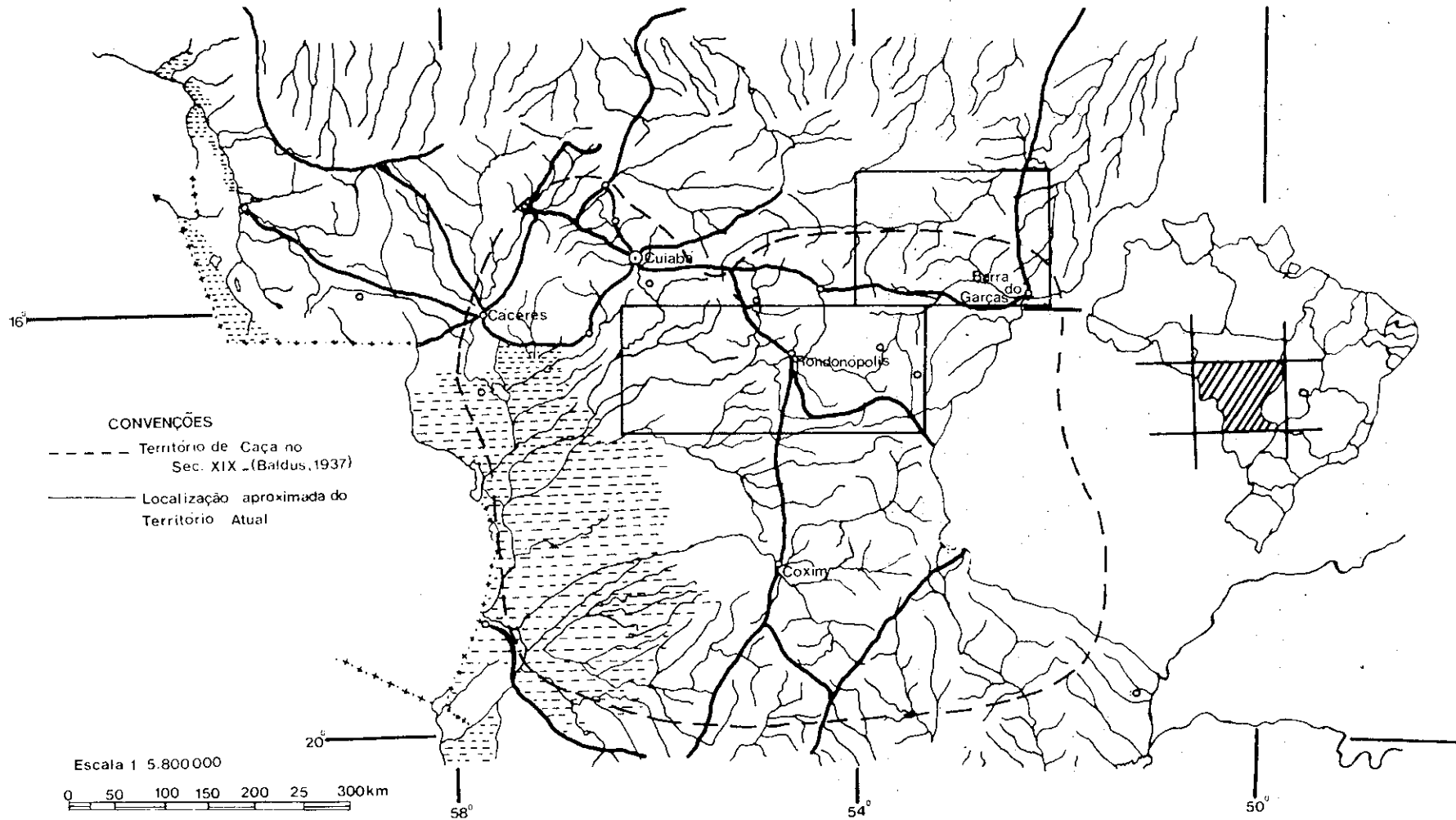
Muito numerosos por ocasião da chegada dos primeiros civilizados ao seu território, acabaram sendo reduzidos a aproximadamente 650 indivíduos.

Possuem uma cultura material extremamente rica e variada, tendo a arte plumária um papel de destaque. Dentre os seus inúmeros rituais, as cerimônias funerárias são certamente as mais importantes.

Sua economia tradicional baseava-se na pesca, caça, coleta e cultivo. Dadas as profundas transformações sociais e ecológicas causadas pela presença do branco, os **Boe** intensificaram suas atividades agrícolas e artesanais, trabalhando inclusive como mão-de-obra barata em fazendas da região.

Ocupam hoje uma parcela insignificante de seu antigo território, e enfrentam duras privações e enormes dificuldades para garantir o pouco de terras que ainda lhes resta.

MAPA COMPARATIVO DOS TERRITÓRIOS BORORO NO SÉC. XIX E SÉC. XX



OS GUARANI DE SÃO PAULO

No Estado de São Paulo, os índios Guarani estão distribuídos em várias aldeias no interior, na periferia da capital e no litoral.

Além dos Guarani que vivem nas Reservas Indígenas sob jurisdição da FUNAI, existem várias aldeias, ao longo da costa e na Grande São Paulo, independentes do domínio da FUNAI, e que garantem suas terras (até hoje não demarcadas) através de uma ocupação intermitente, de longa data.

As especulações imobiliárias e o desenvolvimento do turismo, entretanto, ameaçam os Guarani de perderem suas terras total ou parcialmente.

Essas aldeias independentes servem de suporte uma às outras, mantendo entre si estreitas relações de ordem econômica (recursos naturais), social (relações familiares) e político-religiosa. Desse modo, cada uma delas tem uma importância vital para assegurar a existência de toda a sociedade Guarani.

As aldeias localizadas junto à Serra do Mar são fonte de riqueza para os índios Guarani de todo o país, que nela reconhecem os recursos naturais fundamentais para sua sobrevivência – ervas medicinais, materiais para confecção de artesanato (cipó, penas e paus) e alimento. Sabedores do valor das matas, das quais dependem para continuar existindo, os índios, ao mesmo tempo que as usufruem, preservam-nas.

WAIĀPI

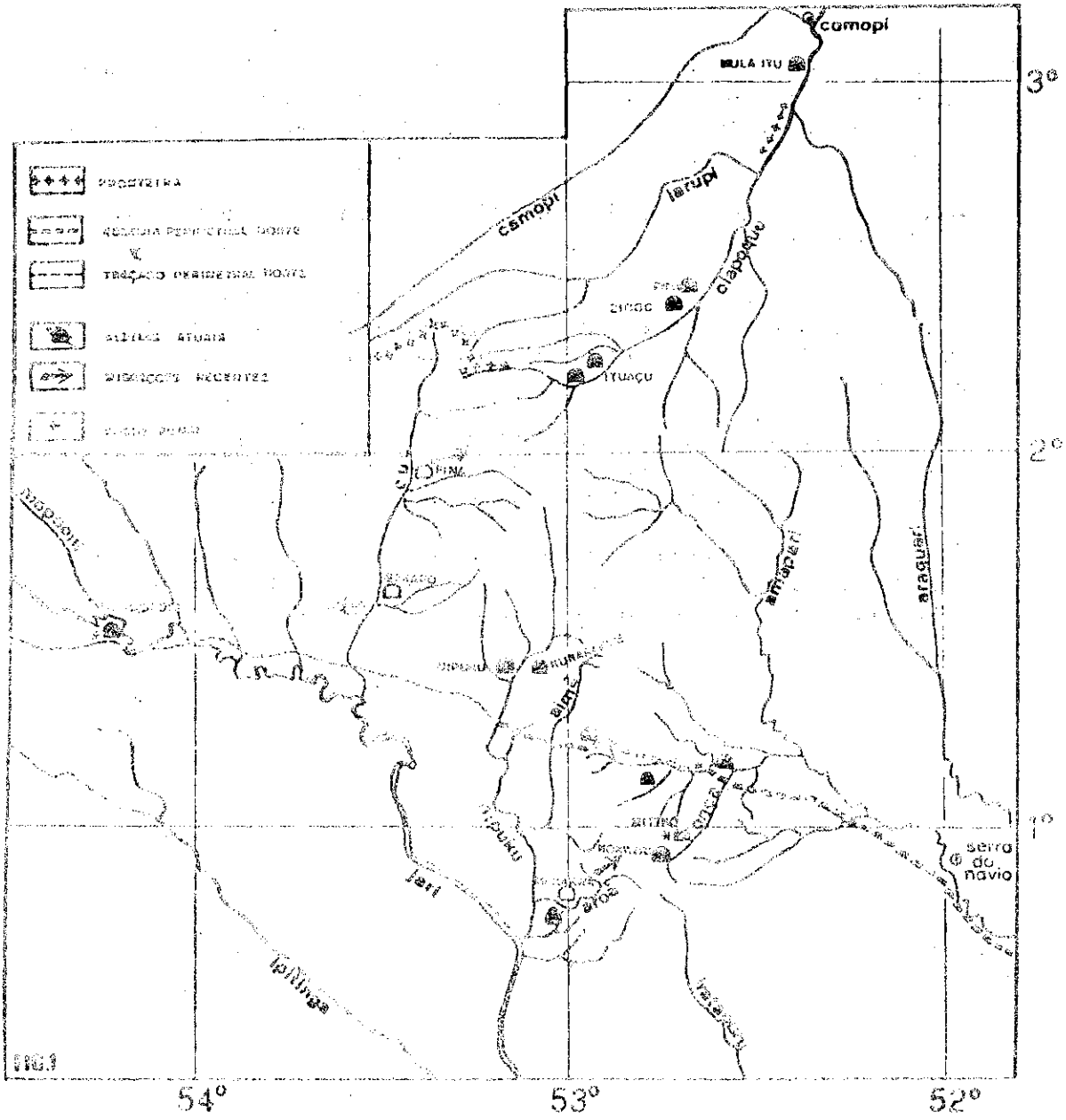
Os Waiãpi ocupam, desde tempos imemoriais, as bacias dos rios Jari e Oiapoque, nos confins do território Federal do Amapá e da Guiana Francesa. No lado brasileiro estão distribuídos atualmente entre 6 aldeias, situadas nos afluentes dos rios Felício e Nipuku, em ambos os lados da Rodovia Perimetral Norte.

A construção desta estrada, iniciada em 1973 e paralisada em 1976, motivou a instalação de um posto da FUNAI para atender os índios.

Os Waiãpi mantêm contatos com gateiros e garimpeiros desde o começo deste século, contatos que resultaram numa série de epidemias, provocando forte abalo demográfico. Avaliados em mais de 1000 na década de 20, hoje são 244 no Brasil e 350 na Guiana.

A área ocupada pelos Waiãpi está constantemente invadida por garimpeiros e caçadores. A instalação de uma empresa de mineração ao norte da área já obrigou os índios a abandonarem essa porção de seu território.

O mesmo está ocorrendo ao sul, com a reativação dos garimpos de ouro. A redução progressiva do território indígena (que não foi ainda demarcado) constitui uma séria ameaça à sua sobrevivência física e cultural.



ÁREA OCUPADADA PELOS WAIÃPI

PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

Presenciamos hoje mais um exemplo do processo de usurpação de terras indígenas. Trata-se dos remanescentes índios do sul da Bahia.

Ao longo de sua curta história de contato com os civilizados (cerca de sessenta anos), esses povos já foram expropriados duas vezes e enfrentam, hoje, pressões oficiais e ameaças de violência (por particulares) para abandonarem as terras que lhes pertencem.

A presença de vários grupos indígenas — Pataxó Hã-Hã-Hãe, Baenã, Botocudo, Kanakã, Tupiniquim, Menaim e Kiriri-Supuyá — na área compreendida entre os rios Colônia ou Cachoeira e Pardo, no sul da Bahia, está amplamente documentada desde 1610 até o presente.

PRINCIPAIS DATAS DA LUTA PATAXÓ

- 1926 -- criação dos Postos Indígenas Caramuru e Paraguaçu pela Lei Estadual nº 1916, de 9/8/26.
- 1926/30 -- delimitada a área em 50 léguas quadradas.
- 1936 -- invasão da reserva por fazendeiros, de que resultou:
-- violenta chacina;
-- fuga dos sobreviventes para junto dos Machacali e Krenak em Minas Gerais;
-- redução da reserva para 36.000 ha;
-- arrendamento da terra aos fazendeiros.
- 1949 -- nova onda de violência contra os índios: é a "grande carreira"; mais índios se refugiam em Minas Gerais.
- 1957 -- fazendeiros reivindicam extinção da reserva.
- 1957/75 -- SPI, depois FUNAI, desativam os PIs.
- 1979 -- pressionada pela opinião pública, a FUNAI tenta demarcar 10.000 ha na reserva; é impedida pelos fazendeiros.
- 1982 -- os Pataxó dispersos decidem retornar à reserva.
- 28/4/82 -- os Pataxó retomam 1.200 ha na área (Fazenda São Lucas).
- 30/6/82 -- FUNAI ingressa em juízo na defesa do território indígena.
- 21/9/82 -- as Entidades de Apoio à Causa Indígena representam à Justiça contra pretensão de transferência dos índios.
- out/82 -- pressionada pelos fazendeiros, a FUNAI transfere os Pataxó para a Fazenda Experimental de Piscicultura de Almada (Ilhéus).
- 23/11/82 -- os Pataxo impetram Mandado de Segurança contra a transferência.
- 29/11/82 -- concedida liminar no Mandado de Segurança.
Os Pataxó retornam à área reconquistada de suas terras.
- 3/12/82 -- Os fazendeiros reacendem as pressões; ameaças de violência iminente.
A FUNAI propõe Interdito Proibitório em defesa da posse ameaçada; liminar concedida.
- março/83 -- em andamento, na Justiça Federal da Bahia, duas ações discutindo a posse do território imemorial dos índios Pataxó.

Comissão Pró-Índio